

Sarney garante: preços só sobem com os salários.

E transmite uma certeza: a economia caminha para a normalidade.

Só haverá variação de preços quando houver a variação de salários. O recado foi dado ontem pelo presidente José Sarney aos membros do Conselho Político, com um destaque: "Não há autorização alguma do governo para suspender o congelamento". Ao dar a informação, o porta-voz presidencial Frota Neto disse que o governo criará mecanismos para evitar a defasagem dos salários em relação aos preços, enquanto o congelamento continuar em vigor. "A ordem é não mexer nos preços sem antes proteger o valor dos salários", garantiu o porta-voz.

Sarney também disse ao Conselho Político, reunido no Palácio do Planalto, que a economia brasileira caminha para a normalização e que o quadro econômico do País depois do Novo Cruzado "é satisfatório, sem ser milagroso", conforme relato feito pelo senador Carlos Chiarelli, líder do PFL no Senado. Outra certeza de Sarney: o governo espera que a inflação de julho se situará em torno de 3%.

Segundo Chiarelli, Sarney provou ao Conselho Político — aos líderes do PMDB e PFL na Câmara e no Senado, ao ministro da Justiça e ao ministro-chefe do Gabinete Civil — que a economia caminha para a normalidade, ao apresentar dados segundo os quais a venda de bens duráveis aumentou 23% depois do novo choque e que o saldo da balança comercial em julho poderá ultrapassar os valores de junho, que totalizaram US\$ 1,2 bilhão.

Enquanto aguarda a evolução do quadro econômico, nem o governo nem seu Conselho Político chegam a uma conclusão sobre o aumento do salário mínimo. Mas "o presidente Sarney e sua equipe econômica estão estudando o assunto com muito cuidado e muito critério", informou Chiarelli. A idéia é, segundo o porta-voz Frota Neto, fazer uma sólida análise do assunto.

Os membros do Conselho ouviram ainda, de Sarney, a informação de que uma pesquisa feita em São Paulo pela empresa LP&M uma semana após o anúncio do Novo Cruzado revelou que metade da população aprova as medidas de estabilização econômica.

Quanto à Lei do Inquilinato, que deveria ser amplamente discutida na reunião do Conselho Político, não surgiu fato novo algum. O ministro da Justiça, Paulo Brossard, informou apenas que o novo projeto, em elaboração pelo governo e que resolverá os problemas dos aluguéis, deverá ser votado até 20 de setembro, data em que expira o prazo da proibição dos despejos.

